

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Com a realização desta 3ª Conferência sobre o «Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu», o Banco de Portugal reafirma o objectivo de contribuir para estimular a investigação económica aplicada aos problemas do crescimento real da economia portuguesa. Este é um problema de médio e longo prazo que se julgaria relativamente distante da esfera de actuação de um Banco Central. No entanto, a participação bem sucedida do país na união monetária europeia também depende da capacidade de ajustamento da economia real ao novo enquadramento em que tem de funcionar. Nesta perspectiva, atravessamos uma fase difícil da nossa vida económica após vários anos de fraco crescimento. Muitos factores contribuíram para esse desempenho económico, mas o que aparece como mais preocupante é a possibilidade de estarmos perante problemas estruturais de falta de competitividade. Esta é uma questão associada à desaceleração continuada da nossa taxa de crescimento potencial e tem que ser analisada numa perspectiva de médio prazo.

Em termos da teoria tradicional esperar-se-ia que a economia portuguesa continuasse numa trajetória de convergência com os nossos parceiros europeus mais desenvolvidos. A participação na união monetária deveria não só criar condições favoráveis ao crescimento – que na verdade criou – como deveria também aumentar a pressão para que se produzissem as transformações da estrutura produtiva e o aumento de produtividade que a concorrência acrescida veio tornar mais prementes. No entanto, a redução da restrição financeira que acompanhou a passagem a um regime de baixa inflação e baixo custo do capital, contribuiu para atenuar aquela pressão. Erros cometidos na política orçamental e no comportamento dos custos unitários do trabalho contribuíram também para o período mais recente de crescimento insuficiente. Isto não invalida, porém, que a participação no euro tenha criado circunstâncias favoráveis ao nosso desenvolvimento desde a diminuição do custo do capital, à garantia de estabilidade macroeconómica e ao funcionamento mais eficiente de mercados abertos e concorrenciais. Para aumentar o potencial de crescimento haveria, porém, que juntar a estas condições o progresso da qualificação dos recursos humanos, o aumento e melhoria do stock de capital e o aperfeiçoamento da gestão dos factores e processos produtivos. No contexto do espaço económico da união monetária a

economia portuguesa pode atrair projectos de investimento que integrem estas características e que, desse modo, consigam atingir bons níveis internacionais de produtividade, como acontece em tantos casos de investimento estrangeiro existentes no país. O ponto é que no quadro da actual concorrência mundial existem muitas localizações alternativas no espaço europeu com factores competitivos assinaláveis. Para responder a isso temos, pois, que melhorar nos aspectos cruciais de que depende o salto de produtividade de que necessitamos para resolvermos o problema do nosso desenvolvimento económico. A produtividade é uma variável complexa que é uma resultante final de um vasto conjunto de condições que envolvem todos os subsistemas sociais com influência na economia. Contribuem aspectos tão variados como a qualificação dos recursos humanos, a qualidade das instituições judiciais e políticas, a excelência da investigação e da inovação tecnológica, o aproveitamento de economias de escala, a concretização de efeitos de composição na estrutura produtiva ou o investimento em tecnologias de informação e comunicação.

Os trabalhos apresentados nesta Conferência abordam temas relevantes para avaliar algumas das condições de que depende o crescimento a prazo da economia portuguesa. Por exemplo, a consideração da estrutura produtiva sectorial revela a importância crucial dos serviços e a necessidade de expandir a respectiva produtividade através de maior investimento em tecnologias de informação e comunicação. Os trabalhos dedicados à educação e qualificação dos recursos humanos salientam a importância dos factores familiares nos resultados do processo educativo e a necessidade de investir mais nos anos iniciais do percurso formativo. Por outro lado, a quantificação do elevado retorno da formação profissional proporcionado pelas empresas reforça o caso do seu interesse para a melhoria da produtividade. A influência do sistema fiscal na oferta de trabalho ou a influência das instituições democráticas na disciplina orçamental da importante componente do sector público constituído pelas autarquias, são outros aspectos com interesse para a análise de aspectos relevantes, ainda que necessariamente parcelares, que condicionam o nosso desenvolvimento. A verdade é que não existem fórmulas simples de sucesso para os problemas da economia portuguesa. O caminho do ajustamento real para vencer os desafios da nova concorrência internacional será longo e difícil. O contributo dos economistas tem sido importante para esclarecer os problemas e as grandes orientações das

políticas necessárias à sua resolução. Os trabalhos desta Conferência constituem uma prova adicional desse contributo

Os estudos que estão na base da Conferência provieram quer de um concurso público dirigido aos Departamentos de Economia das Universidades portuguesas, quer de convites directos a alguns economistas. Seguiu-se um processo de selecção dos estudos, tarefa que foi da responsabilidade do Comité Científico, composto por Mário Centeno (Banco de Portugal e Instituto Superior de Economia e Gestão), Isabel Horta Correia (Banco de Portugal e Universidade Católica Portuguesa), José Ferreira Machado (Universidade Nova de Lisboa e consultor externo do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal), Carlos Robalo Marques (Banco de Portugal e Universidade Nova de Lisboa), Maximiano Pinheiro, (Banco de Portugal e Instituto Superior de Economia e Gestão) e Pedro Portugal (Banco de Portugal e Universidade Nova de Lisboa).

Agradecimentos são devidos a todos pelo trabalho realizado, tal como ao Departamento de Estudos do Banco de Portugal é devido o nosso reconhecimento pela tarefa de organização da iniciativa.

Da qualidade e conteúdo dos trabalhos seleccionados dá conta esta publicação, onde são divulgados os estudos apresentados na Conferência, que se realizou a 10 de Fevereiro de 2006, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Vítor Constâncio

Governador do Banco de Portugal